

Pactu

CUT Brasil

CNB Brasil

fetec/PR

ANO VII - Nº 71
Março/Abril 2003

Jornal dos bancários das regiões de Paranavaí, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Cianorte, Toledo, Umuarama, Guarapuava e Goioerê

Além de centenas de manifestações que vêm ocorrendo pelo mundo nos últimos 15 dias, contra a invasão do Iraque pelos EUA, também circulam pela Internet diversas campanhas contra o consumo de produtos americanos, como mostra o quadro abaixo:

Não financie quem mata!
Em nome da vida
e da paz mundial,
DIGA NÃO
a produtos e
serviços dos EUA.



Leia mais sobre guerra e paz em artigo na página 2



Confira as atividades realizadas pelos sindicatos do PACTU, alusivas ao Dia Internacional da Mulher. Veja também como andam as negociações na Caixa e no BB

PÁGINA 3

Pactu faz avaliação dos 100 dias do governo Lula

PÁGINA 6

Como será a reforma da Previdência?

Governo, oposição, empresários e trabalhadores concordam que tem que reformar, para que ela garanta a aposentadoria de quem está trabalhando hoje. Analistas econômicos são unânimes ao afirmarem que o Brasil volta a crescer se a reforma conseguir eliminar o déficit, hoje avaliado na casa dos R\$ 70 bilhões anuais. A CUT tem proposta.

PÁGINAS 4 E 5



MST: é movimento político ou é geração de empregos?

PÁGINA 6

Estão de olho no mar de água doce do subsolo brasileiro

PÁGINA 8

O lucro dos bancos

Em sua última edição, o PACTU já havia publicado parcialmente o lucro de alguns bancos. Agora apuramos os 20 maiores lucros líquidos conseguidos pelos bancos no Brasil, em 2002. É de se assustar, como pode ver na tabela ao lado, como o Itaú consegue ganhar tanto dinheiro. Um meio é de conhecimento de todos, como comprar bancos públicos com pouco dinheiro, fazer demissão em massa e ainda garantir recebimento de tributos por longos dez anos. Foi o que fez com o Banestado e algo parecido com o Banerj.

BANCO	LUCRO EM R\$
Itaú	2.377 bilhões
Santander/Banespa	2.800
Banco do Brasil	2.027
Bradesco	2.022
Citibanc	1.630
Caixa Econômica	1.081
Unibanco	1.010
ABN AMRO Real	840 milhões
BankBoston	829
Boa Vista	467
Safra	464
Votorantim	379
BCN	301
Nossa Caixa	271
Sudameris	221
Bank Of América	210
HSBC	184
Basal/Bando da Amazônia	170
Banco do Nordeste	160
Banrisul	149

PACTU

Expediente

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do Pactu

CONSELHO EDITORIAL

Paranavai:

Neil Emídio Júnior/Fone (44) 423-3402
E-mail: seebpvai@ibest.com.br

Campo Mourão:

Nivaldo Simoni/Fone (44) 523-3492
E-mail: seebcmcut@uol.com.br

Toledo:

Lucia B. Vogt/Fone (45) 252-1851
E-mail: sbtr@uol.com.br

Umuarama/Assis

Chateaubriand:
Wilson de Souza/Fone (44) 622-1979
E-mail: seebumu@uol.com.br

Guarapuava:

Elói Myska/Fone (42) 623-1371
E-mail: seebgpva@gol.psi.br

Redação e projeto gráfico: Joel Guedes

Tiragem: 2.800 exemplares

Negociações com o Bradesco e o HSBC

As comissões de empresa desses bancos, com assessoramento dos sindicatos e da CNB, tem negociado com os respectivos bancos. No Bradesco, a reivindicação é a não demissão dos funcionários do BBV, BCN e Mercantil, que nos próximos meses serão integrados ao quadro de funcionários do Bradesco. No HSBC são diversas reivindicações, como a venda de algumas AB regionais, como as de Altônia e Umuarama, transferência do Seguro-Saúde à Sul América, bolsa-educação, LER, assédio moral, metas pe-

sadas, PPP e a implantação, na sede do HSBC, do part time. Neste sentido o banco já várias vezes informou aos sindicatos através de reuniões, que não aceitará demissões, além de que sobre a jornada de seis horas é um tema bastante complicado. Part time é uma contratação de 25 horas semanais com salários e benefícios na mesma proporção. A reunião acontecerá no último dia 25/03. Detalhes das demais reivindicações serão publicadas na próxima edição do jornal *Atualiza* informativo dirigido aos trabalhadores do HSBC.



SOBRE GUERRA E SOBRE PAZ!

* Edilson José Gabriel

Ao escrever este artigo, estamos ainda no nono dia da Guerra contra o Iraque. Quando o jornal Pactu chegar às mãos dos bancários e bancárias de nossas bases sindicais, pode ser que a guerra tenha acabado, pode ser que não. De qualquer forma, já está consumado mais um grande crime contra a humanidade. No entanto, é necessário deixar registrados algumas coisas muito importantes sobre este episódio, pois não podemos permitir que ele seja apenas uma notícia espetacular da televisão, mais um "reality show".

A ONU tem nos revelado, ano após ano, que mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo passam fome diariamente. Por outro lado, ouvimos notícias de que serão gastos mais de um trilhão de reais nesta guerra. É um gigantesco escândalo contra a dignidade humana que se gaste tanto dinheiro num conflito, movido inteiramente por interesses econômicos, e não haja empenho em solucionar o problema da fome no mundo, cada dia mais grave. O fato mais chocante de qualquer guerra, sempre, é a morte de centenas ou milhares de vidas humanas, entre soldados e civis inocentes. A guerra contra o Iraque tem ainda um outro componente muito grave: o desrespeito às resoluções do Conselho de Segurança da ONU. O Governo dos Estados Unidos se colocou acima da Lei. Um perigo e um sinal de alerta para a humanidade, que demorou séculos para encontrar um ponto de referência que regulasse as relações entre os quase 200 países do mundo.

Várias das manifestações contra a guerra, realizadas em todo o mundo, chamam o Presidente dos Estados Unidos de louco, insano. Um grande erro. Ele se faz de louco, pois os loucos não respondem por seus atos.

George Bush é muito lúcido e sabe bem o que está fazendo. Na verdade, ele é desumano e insensível, pois coloca os interesses econômicos de seu país acima da vida e da dignidade humana.

Por último, um registro muito importante sobre este período tão triste. É necessário reconhecer a grande contribuição do Papa João Paulo II, na tentativa de evitar o conflito no Iraque. Nenhuma personalidade mundial fez tanto para evitar esta guerra. João Paulo recebeu no Vaticano os líderes políticos da Espanha (José Maria Aznar) e da Inglaterra (Tony Blair), países que apoiam os Estados Unidos na guerra contra o Iraque. Enviou mensageiros ao Iraque e aos Estados Unidos e recebeu um dos principais membros do governo iraquiano (Tarik Aziz). Sempre na tentativa de convencê-los a afastarem-se da guerra.

João Paulo II fez vários pronunciamentos, deixando muito clara sua posição contra a guerra, independente de quais os motivos alegados. No dia 18/03, após o aviso dos Estados Unidos, o Papa falou da seguinte maneira: "Quem decide que se esgotaram todos os meios pacíficos que o Direito Internacional coloca a disposição, assume uma grave responsabilidade diante de Deus, da sua consciência e da história." E após o início da guerra, João Paulo pronunciou sua frase mais forte: "**Vivi a Segunda Guerra Mundial e graças a Deus sobrevivi. Por isso, tenho o dever de recordar a todos os jovens, a todos os que não tiveram essa experiência, tenho o dever de dizer: nunca mais a guerra!**" João Paulo apela desinteressadamente pela paz. É um exemplo para a humanidade.

* Edilson José Gabriel é Coordenador do Sindicato dos Bancários de Umuarama e Coordenador das Pastorais Sociais da Diocese de Umuarama.

A RELAÇÃO DO TRABALHO NA CAIXA

A Comissão da Caixa representante dos funcionários apresentou, no último dia 20/03, uma relação de pontos pendentes a serem negociados com a direção da Caixa. Entre eles estavam a PLR e os acordos assinados com a Contec. A Caixa já tinha marcado uma negociação para o dia 25/03, mas recuou, alegando a falta de tempo hábil para analisar as reivindicações. Acenou com a possibilidade de voltar a negociar nesta primeira semana de abril.

A Comissão e a CNB/CUT reivindicam o reconhecimento das entidades sindicais como legítimas representantes dos empregados e a conseqüente resolução de dois acordos pendentes. Também querem a revogação imediata da RH 008, que autoriza demissões imotivadas; substituição do programa de dis-

tribuição dos lucros, o PRX, por programa nos moldes da Fenaban, e alteração da RH 002. Além disso, solicitaram o reconhecimento dos delegados sindicais e liberação dos dirigentes de entidades sindicais e associativos, com base no acordo coletivo de 95.

O movimento sindical cutista espera coerência da nova direção do banco na condução dos diálogos. "Esperamos que esse adiamento sirva para que o banco apresente propostas a nossas reivindicações. Além disso, esperamos que a nova direção da Caixa aja de acordo com os princípios de campanha do governo Lula, de negociar seriamente com os representantes dos trabalhadores", ressalta a representante da FETEC/CUT-SP na Comissão Executiva dos Empregados, Maria Arlene Montanari Leme.

Sérgio Boroni/Gazeta de Toledo



Na região de Toledo, as bancárias vestiram a camiseta alusiva ao Dia Internacional da Mulher, o que ficou bonito

Se existe um dia que merece ser lembrado com destaque, é o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Entre os grupos socialmente excluídos, as mulheres, sem dúvida, são as que têm conseguido mais avanços, pelo menos no mundo ocidental. Já é comum mulheres ocuparem espaços que antes eram exclusivos do sexo masculino, como pilotar caças de guerra, dirigir caminhões, construir prédios, presidir conselhos de grandes empresas. Tudo isso sem falar da dádiva de reproduzir a humanidade e, em muitos casos, conciliar jornada dupla de trabalho e ser arrimo de família. Atualmente, os homens é que têm muito o que aprender com os esforços das mulheres e colaborar, incentivando o seu crescimento pessoal e profissional, além de repartir os afazeres domésticos. É bom lembrar que o homem não perde a masculinidade ao trocar uma frauda, varrer uma casa ou lavar uma louça. Pelo contrário, cresce como pessoa e fortalece o companheirismo e a harmonia do cônjuge. No mês de março, os sindicatos do PACTU promoveram atividades destacando esse crescimento das mulheres. Todos os materiais distribuídos às bancárias, folders e panfletos, enaltecem a capacidade de luta, além de lembrarem a importância da mulher na família e na sociedade. O Seeb de Campo Mourão aproveitou o momento solidário dos brasileiros e pediu a contribuição de um real por tulipas em origame, distribuídas aos bancários e bancárias. O dinheiro arrecadado será, oportunamente, repassado para uma instituição de caridade. Já em Toledo, o Sindicato vendeu a preço de custo (R\$ 6,00) 121 camisetas com tema da campanha da CUT, "Mulheres têm Fome". O tema fala da fome de aprender, de crescer e de receber mais apoio de governos e da sociedade. "É a maioria das bancárias da base sindical de Toledo vestiram a camiseta para trabalhar na sexta-feira, 7 de março, véspera do Dia Internacional da Mulher, num sinal de que aprovaram a campanha, avaliou Lúcia Brentano Vogt, Presidente do Seeb Toledo. Ainda em Toledo, no mês das mulheres, o sindicato dos bancários se juntou com demais sindicatos de trabalhadores, e com o PT Jovem, numa barraca para arrecadar alimentos que foram entregues a entidades que trabalham com crianças carentes. Em Umuarama, o Sindicato, numa demonstração de sensibilidade às demandas das mulheres, distribuiu tulipas em origame também aos bancários, além de ter organizado um ato público em frente da agência da Caixa. Neste ato, foram distribuídos panfletos aos clientes e usuários e participaram três mulheres que se destacam na cidade pelo trabalho que prestam a população, sendo elas a irmã Celina Loh, coordenadora da Pastoral da Criança da Diocese de Umuarama; Maria Luiza Dosso Martins, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde; e a dona Maria do Carmo da Silva, uma aposentada que oferece refeições para crianças e adultos no Parque Industrial, um bairro pobre da cidade. A direção dos Sindicatos do Pactu avalia que a valorização do trabalho das mulheres será melhor quando governos e empresas derem igualdade de oportunidades, equiparando salários e assegurando a elas estruturas necessárias como creches, transportes e educação de boa qualidade.

REINTEGRAÇÃO NA CAIXA DE TOLEDO

A agência da Caixa de Toledo foi obrigada, pela Justiça, a reintegrar o bancário Alexandre de Freitas Oliveira. Ele foi demitido sem justa causa, atendendo princípios da RH 008, essa que no momento a Comissão de Empresa dos funcionários pede revogação. Segundo a advogada Solange da Silva, ex-assessora do Sindicato dos Bancários de Toledo e que trabalhou no processo de reintegração, a Caixa, além de reintegrar, terá que garantir a Alexandre a mesma função, e garantir também o salário e benefícios da época, além de pagar os atrasados.

PLR do BB

Os Sindicatos dos bancários da CUT não ficaram satisfeitos com o pagamento da última parcela da PLR aos trabalhadores do BB. Os Sindicatos esperavam que, com o novo governo, tivesse encerrado o período de insensibilidade que marcou as diversas direções do BB, nos oito anos do governo anterior, salvo a boa atitude com a abertura para as conversações, e pequenas mudanças como a diminuição entre o menor e maior valor dessa última PLR, mas ainda é fato que os trabalhadores do BB não viram melhora na reposição do poder aquisitivo do salário.

O otimismo dos Sindicatos com as negociações da PLR, se dava não só por estar o Banco do Brasil sobre a administração de um governo mais democrático, mas também pelo alto lucro de 2.027 bilhões de reais auferido em 2002. Esperavam e propuseram à direção do BB que os parâmetros fossem o acordo da Fenaban, que pagou, conforme acordo coletivo, 80% do salário, mais um valor fixo de 550 reais, sendo o montante disponível entre 5% e 15% do lucro líquido.

Para Paulino Alves de Almeida, diretor do Pactu, "é muito positivo o restabelecimento das negociações, procedimento pouco comum no governo anterior. Entretanto, negociar para os funcionários é também reconhecer e recompensar os resultados construídos na empresa, apesar dos maus tratos recebidos".

Para a CNB-CUT, o banco utiliza critérios antigos e precisa de reformulação. A Comissão de Empresa, que é composta de dirigentes sindicais, funcionários do BB, trabalha junto ao banco reivindicando melhora nos critérios, que

inclui montante de distribuição baseado em percentual do lucro, e universalização no pagamento, sem exclusão.

A Comissão conseguiu negociar no pagamento da última parcela uma melhora nos valores pagos a caixas e postos efetivos, e conseguiu também que o banco pagasse aos afastados por licença-maternidade, licença-adoção e por acidentes no trabalho. A Comissão não assinou o atual programa de PLR, por não concordar com os critérios, que além das deficiências já citadas, comete injustiça ao excluir mais de 5 mil funcionários por conta de diversos artifícios como insuficiência na GDP (Gestão de Desempenho Pessoal), do desempenho da agência, faltas, entre outros.

No último dia 17 de março, a Comissão de Empresa entregou ao banco uma minuta constando várias questões a serem negociadas com banco - entre elas, assinar um programa de PLR definitivo nos moldes da Fenaban, e resolver problemas nas relações de trabalho, como jornada, trabalho gratuito, Comitê de Relações Trabalhistas, Comissões de Conciliação Prévia, CASSI, PREVI, bolsa de graduação e respeito a organização sindical, esse último refere-se a aplicação de acordos da Contec em bases sindicais onde ela tem representação. A próxima negociação se dará no próximo dia 31 de março.



Paulino: "Os funcionários precisam de um bom reconhecimento pelo lucro que geram"

O Brasil de olho na Pr

Uma das mais importantes tarefas do novo governo e dos deputados federais e senadores que tomaram posse no início deste ano, será promover uma ampla reforma do sistema previdenciário brasileiro. **Esse sistema é constituído por três diferentes segmentos: o do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o do regime próprio de Previdência Social**

(RPPS) e o da Previdência Complementar (ou Fundos de Pensão). Uma reforma ampla e justa foi uma das principais propostas de campanha do presidente Lula. E há uma crescente expectativa popular de que essa reforma possa, desta vez, beneficiar todos os trabalhadores. Essa é uma luta que remonta a muitas décadas atrás.

Como, quando e por que foi criada a Previdência?

No dia 24 de janeiro de 1923 foi publicado o Decreto Legislativo 4.682 (na época também conhecido como Lei Eloy Chaves), que deu origem a Previdência Social no Brasil. Através desse Decreto foram criadas as "caixas de aposentadorias e pensões" de categorias como os ferroviários, portuários, de serviços telegráficos, água, energia, transporte aéreo, mineração e outros: Em 1945, no fim do Estado Novo, ano da Constituinte, o governo Getúlio Vargas propôs a unificação destes organismos com o nome de ISSB (Instituto de Serviços Sociais do Brasil). Antes da Lei Eloy Chaves a única forma de previdência em vigor era chamado de Montepio Geral dos Servidores do Estado, criado no período do Império e que funcionou através de mutualismo, ou seja, um grupo de pessoas se associavam e contribuíam a fim de que fosse formado um fundo para a cobertura de determinados infortúnios.

MUITAS MUDANÇAS

Durante décadas, a Previdência Social passou por diversas fases de uniformização e reestruturação do sistema. Duas fases importantes ocorreram em 1960, com a chamada Lei Orgânica da Previdência Social, abrangendo um número maior de segurados, como os empregadores e os profissionais liberais; e em 1963, quando foi criado o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). Grandes mudanças ocorreram a partir da Constituição de 1988. Nos anos 90 foram extintos INPS, IAPAS, INAMPS, LBA, FUNABEM e a CEME, para criação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

POUCOS BENEFÍCIOS

Ao longo de toda a história da Previdência Social no Brasil, se acumularam dezenas de decretos e leis sob o pretexto da "modernização" do sistema. Mas para os trabalhadores, historicamente, as mudanças nem sempre trouxeram benefícios. Esse fato se comprova através do grande número de brasileiros excluídos do sistema. Há grande dificuldade em se aposentar, a Previdência é deficitária, as fraudes têm sido frequentes e entre os que conseguiram se aposentar a grande maioria recebe salário mínimo.



A esperança do povo é os privilégios e salvar para quem realmente p

O rombo é de R\$ 69 bilhões

O Brasil viveu uma fase de ouro da Previdência, entre os anos de 1966 e 1980. Naquele período a população crescia acima dos índices da economia. Também crescia a oferta de empregos. Aquela época, trabalhar queria dizer, necessariamente, assinatura de carteira, o que garantia o recolhimento da contribuição e garantia o desenvolvimento do então INPS. Mas não foi sempre assim.

Na verdade, pesquisas constataam que dois anos depois de criada a Previdência Social a dívida do Estado com o sistema já era altíssima, e ao longo dos anos se multiplicou. Hoje, é verdade: as aposentadorias dos funcionários públicos implicam num déficit para o governo, na medida em que as contribuições dos servidores em atividade não cobrem os gastos com os proventos dos inativos. Ao contrário das empresas privadas, a União não repassa à Previdência o dobro de cada contribuição dos servidores.

A VERDADE SOBRE O DÉFICIT - Há estudos mostrando que para ter um equilíbrio da Previdência, no geral, seriam necessários quatro contribuintes para um aposentado. Mas também é verdade

que os dados oficiais não traduzem o déficit real, pois omitem uma série de dados. O número oficial registrou déficit de R\$ 69,2 bilhões em 2002.

Há quem duvide disso e afirma que a origem desse déficit é antiga. Vem desde os tempos do Ipase - órgão responsável pela previdência dos servidores públicos federais de 1938 até 1977 foi incorporado ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), gerido hoje pelo INSS. De 1938 a 1977, o Ipase era superavitário, com caixa suficiente para financiar conjuntos habitacionais. Ainda hoje, em grandes cidades, existem os condomínios construídos pelo Instituto. Também há registros do remanejamento de recursos da Previdência Social para a construção de Brasília, da Transamazônica, da Ponte Rio-Niterói e até na construção da Usina de Itaipu, entre outros.

Para a CUT a crônica e histórica crise que assola a Previdência Social é fruto de uma política de desmandos, com alocação de recursos para outras finalidades e rombos provocados pelos calotes e de fraudes no sistema. A culpa pelo déficit crônico da Previdência pública brasileira é dos governos, que não repassaram ao sistema a sua contrapartida, como faz o empregador na iniciativa privada.

Previdência



Lula consiga, com as reformas, diminuir a previdência

FUNDOS DE PENSÃO

Se o sistema oficial de previdência no Brasil não tem sido capaz de garantir aos trabalhadores a proteção da sua qualidade de vida durante a aposentadoria, aqui, o sistema complementar é que resolveu esse dilema, embora que ainda muito precariamente. No Brasil, o regime dos Fundos de Pensão foi instituído com base na experiência de países como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão. Também chamado de previdência complementar, divide-se em dois níveis: o das entidades fechadas, específicas dos empregados de determinada empresa ou grupo de empresas, e o das entidades abertas, acessíveis a qualquer um que subscreva e custeie o seu plano de benefícios. São cerca de 350 fundos de pensão no País, cujo patrimônio chega a R\$ 160 bilhões. O maior deles é o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, a Previ, com patrimônio próximo a R\$ 40 bilhões. A continuidade da regulamentação da Lei Complementar 109 e revisão das resoluções sobre portabilidade, resgate, benefício proporcional e debate a respeito do modelo de gestão das entidades de previdência, com a revisão de resolução e instruções que impõem, por exemplo, a proibição de eleição direta de diretores, estão entre as principais reivindicações das entidades que representam os participantes de fundos de pensão.

COMO É HOJE

Acúmulo de aposentadorias dos servidores públicos

Servidores aposentados ou militares da reserva não podem receber salário de governo, exceto se for em cargo de livre nomeação e exoneração ou em casos em que a Constituição permite (professor e médico). É vedado o recebimento de duas aposentadorias.

Por idade e tempo de serviço

A idade mínima para pedir aposentadoria é de 60 anos para homem e 55 para mulher. Tempo de contribuição: de 35 anos para homem e 30 para mulher. Exceção daqueles casos em que o trabalhador, pela função que exerce, recebe um abono no tempo de contribuição.

Teto previdenciário

Atualmente, o valor do teto previdenciário é de R\$ 1.561,56.

Aposentadoria Proporcional

Para pedir aposentadoria proporcional, quem já trabalha terá um acréscimo de 40% no tempo ainda a ser trabalhado. Não há proporcional para quem ainda não contribuiu.

Servidores públicos

Servidor aposentar-se com o salário da ativa, se tiver um mínimo de 10 anos de exercício efetivo no serviço público e 05 anos no cargo no qual requereu a aposentadoria. Se ele não somar este tempo, mas tiver 35 anos de contribuição (ou 30, no caso de mulher) e apresentar a idade mínima exigida, não precisa mais pagar a contribuição previdenciária enquanto continuar na ativa.

Professores

Professor de ensino infantil, fundamental ou médio pode se aposentar 05 anos antes dos demais trabalhadores. Professores universitários não têm esta prerrogativa.

Direito adquirido

Mantido após a última "reforma" para quem tinha tempo de se aposentar pela legislação anterior.

Regime Jurídico Único

Acabou o RJU. União, Estados e Municípios podem criar a previdência complementar - posteriormente regulamentada por lei complementar - para os servidores efetivos.

O QUE A CUT DEFENDE

A CUT propõe uma reforma que tenha como objetivo:

- * Criar um sistema previdenciário básico universal público, compulsório, para todos os trabalhadores brasileiros, do setor público e privado.
- * Um sistema de caráter contributivo, com benefícios claramente estipulados e o valor do piso e do teto de benefícios claramente definido.
- * Uma gestão democrática, a cargo de um órgão quadripartite, incluindo representantes do Estado, dos trabalhadores da ativa, dos aposentados e dos empresários, conforme já prevê a Constituição Federal.
 - * Ampliação da fiscalização.
- * A adoção de punições mais severas aos praticantes de sonegação e fraude.
- * Maior eficácia na cobrança da dívida ativa e o incentivo à formalização do trabalho, resultando no ingresso de novas receitas para o sistema previdenciário, o que permitirá uma discussão mais racional quanto à eventual redução da alíquota de contribuição.
- * É bom que se diga ainda que uma política de forte crescimento econômico resultará em elevação do salário médio, da quantidade de empregos e de sua formalização, com conseqüências positivas no equilíbrio financeiro do sistema previdenciário. Esta também é basicamente a proposta do governo.

DIVERGÊNCIA - Um dos pontos de divergência entre o que a CUT defende e o que acena o governo, entretanto, é a aprovação do projeto de lei complementar número 9 (conhecido como PL-9) - enviado ao Congresso por FHC, em 2000. O projeto prevê que os novos servidores contratados pelo Estado sejam submetidos a um sistema previdenciário semelhante ao da iniciativa privada, com teto estabelecido. No governo passado a CUT já se posicionava contra o projeto, por considerá-lo uma ameaça ao futuro dos fundos de pensão. Para a CUT, existem pontos no projeto que não estão claros. Um deles é que não explica o quanto o governo pagaria e quanto ficaria para o funcionário mesmo pagando.

RUMO CERTO - Mas a CUT vê no governo de Lula um interesse em debater a reforma da Previdência com o Congresso, com as entidades sindicais e com a sociedade civil organizada. Isto é importante porque não dá mais para aceitar a existência de aposentadas de R\$ 20 mil, 30 mil e R\$ 50 mil enquanto a maioria recebe salário mínimo. A CUT acredita que Lula e o PT, por representarem os interesses dos trabalhadores, estão credenciados para encaminhar, de uma vez por todas, uma reforma da Previdência de modo transparente e eficiente a ponto de corrigir distorções históricas que até hoje prejudicam o povo brasileiro.

O MST, a reforma agrária e o governo Lula

Definido por muitos cientistas sociais como o principal movimento social do Continente, na luta por terra e cidadania a milhões de pessoas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pode representar no Brasil o que os camponeses foram nos processos revolucionários de países como a Rússia, China e a Nicarágua. Nesse momento, há uma crescente expectativa sobre a forma que o governo de Lula vai se relacionar com MST, na condução de possíveis conflitos no campo e da própria reforma agrária. Pois impossível é ignorar a existência – e muito menos ainda os propósitos – desse movimento que a cada ano torna-se mais forte de norte a sul do país.

Enão poderia ser diferente para um movimento que nasceu (em 1984) à sombra de governos neoliberais, começando com Collor, até FHC, e de uma política desastrosa e entreguista, que gerou desemprego na cidade e expulsou pequenos agricultores do campo. O MST é, portanto, o resultado de uma iniciativa de entidades e organizações que viram no latifúndio improdutivo um mal a ser atacado, notadamente através das ocupações de terras, para transformá-lo em fonte de traba-

lho, produção, renda e vida digna a trabalhadores excluídos. Não dá para esquecer ainda que foi de grande importância o apoio logístico de entidades e ONGs, que não apenas assessoraram política e financeiramente como, principalmente, ajudaram com recursos tecnológicos importantes para um rápido crescimento do movimento em todo o país.

À vista de alguns, e de grande parte da mídia brasileira, o MST é um movimento que precisa ser exorcizado: ouve-se opiniões que o comparam a uma guerrilha, critica-se a violência do movimento, seu aspecto radical e seus interesses políticos, alegando que estão acima de seus interesses sociais. Mas muitos sociólogos estão convencidos de que a luta do MST é o caminho para a construção de uma nova sociedade. Tem uma boa parte da sociedade que vê no MST uma consequência da realidade brasileira e que a causa da violenta disputa por terra não é o MST. Ou seja, é tão hipócrita culpar a raiva de um povo que não tem o que comer, ou onde morar, como o é culpar o jovem de periferia urbana por entrar no mundo do crime, ou das drogas, sem ter tido direito a uma educação decente ou qualquer animadora perspectiva de vida.

Muitos sociólogos avaliam que a luta do MST é o caminho de uma nova sociedade



Governo Lula começa a deslanchar

Apesar de diversos analistas políticos afirmarem que não se deve avaliar um governo com apenas 100 dias de trabalho – e, talvez por isso, FHC disse que não faria qualquer comentário antes de um ano de governo Lula – o Jornal Pactu vê boas iniciativas no atual governo e se arrisca a fazer uma breve e positiva avaliação dos três primeiros meses do mandato de Lula. Primeiramente, percebe que a capacidade do atual presidente em aglutinar forças políticas, mesmo as adversárias, fez os Mercados, interno e externo, perceberem que as reformas irão acontecer e voltarem a confiar na economia brasileira. A evidência desses fatos é constatada através da queda gradual e contínua do dólar, da crescente valorização dos títulos da dívida pública no exterior, e pela diminuição do risco-Brasil pelas agências que orientam investidores estrangeiros no Brasil. Outro bom indicador é que empresas brasileiras conseguiram arrecadar mais de 5 bilhões de dólares em empréstimos nesses primeiros 100 dias de governo Lula. Vale lembrar que este valor é maior do que todo o montante arrecadado durante o ano de 2002. É bom lembrar também que essas empresas vão investir o dinheiro em setores que geram empregos, uma necessidade urgente. Há também outras boas iniciativas. A indignação de Lula, na época da campanha, com a possibilidade de três plataformas de petróleo serem construídas fora do país, já está parcialmente resolvida. A Petrobras decidiu que 60% delas sejam construídos no Brasil, o que também vai empregar milhares de trabalhadores. Outra importante decisão é que o reajuste de 20% no valor do salário mínimo, anunciado no dia 31 de março, cobriu a inflação dos últimos 12 meses e deu um ganho real de 1,85%. É verdade que valor nominal ainda é pouco, R\$ 240,00, mas é maior do que o prometido pelo governo anterior, que seria de R\$ 211,00. Temos que apontar a outra boa iniciativa: Lula aumentou de R\$,06 para R\$ 0,13 o valor por criança (por dia) da merenda escolar das escolas públicas.

Por último, é fundamental registrar que a prioridade dada ao Projeto Fome Zero revela que as diretrizes deste governo, em princípio, são bastante diferentes do anterior. Não precisa ser economista ou especialista de políticas internacionais. O povo sabe que se a guerra não atrapalhar e o petróleo não subir (forçando o crescimento da inflação e impedindo a queda dos juros), as mudanças aconteceriam em tempo menor do que se previa.

O governo como aliado

Uma das cooperativas do MST é a COANA, pertencente ao assentamento de Querência do Norte, região de Paranavai. São atendidas 650 famílias que produzem grande quantidade de arroz irrigado, leite e café. Segundo Pedro Faustino, líder do Movimento na região, todos os investimentos ali realizados foram com dinheiro do MST.

“O governo não deu um tostão”, disse ele. Para Faustino, a falta de financiamento oficial, de informação e de formação dos agricultores, pode dificultar o trabalho de alguns assentamentos. Faustino lembra que é possível melhorar o quadro da reforma agrária no Brasil, beneficiando um número muito maior de trabalhadores e gerando mais renda e produção. Ele garante que o MST vê no governo do PT “não um inimigo, mas um aliado” na luta pela reforma agrária justa. “O MST pode organizar novas ocupações, mas dentro da sua estratégia de luta e jamais para desestabilizar o governo Lula”, garante.

Política de Prevenção

Uma bandeira do MST e que também é defendida pela CUT, é por em prática uma política de apoio aos micro e pequenos produtores rurais brasileiros. Só nos oito anos de governo FHC, por falta de apoio e sem condições para produzir, cerca de 400 mil famílias deixaram o campo. Essas pessoas tiveram suas propriedades engolidas pelos latifúndios e foram engrossar a fileira dos miseráveis urbanos. “Reverter essa situação é tão importante quanto uma política urgente para salvar o que ainda resta da agricultura familiar. Ao nosso ver, esse será um grande desafio para o governo Lula”, avalia Pedro Faustino.

Fetec lança campanha de sindicalização

A Plenária Estadual da Fetec/Pr, ocorrida no dia 15/03, contou com a participação de 52 delegados, 11 observadores e outros convidados.

Marçaram presença no evento o Deputado Federal Paulo Bernardo (PT-PR), que também é bancário do BB, além do prefeito da cidade de Londrina, Nédson Scheletti, bancário licenciado da Caixa. Paulo fez exposição sobre os reflexos dos primeiros meses de gestão e a expectativa do governo Lula. O Secretário Geral da Confederação Nacional dos Bancários - CNB, Wagner Freitas, também participou como debatedor no evento. Ele discorreu sobre as expectativas do movimento sindical bancário neste novo governo e os

desafios para o próximo Congresso da CNB. Também nesta linha o presidente da CUT/PR, Roberto Von der Osten, falou sobre os desafios para o movimento sindical nos governos Lula e Requião. Além do debate conjuntural e político, a Plenária tratou e aprovou outros pontos como remanejamento da executiva da Fetec/PR, compra da sede própria da Fetec/Pr e Campanha Estadual de Sindicalização.

Aprovaram também que o VI Congresso, que além do planejamento das ações, vai eleger a próxima diretoria da Fetec, será realizado na 1ª quinzena de agosto deste ano. Neste sentido, a plenária



Nove diretores do Pactu participaram da Plenária da Fetec

ria indicou uma comissão organizadora do VI Congresso, que foi composta pelos Secretários. Clair Saletti

Antonietti, Secretária Geral da Fetec; Elias Jordão, Secretário de Finanças; Eliana M. Santos, Secretário de

Formação; e Carlos Schiavo, Secretário Jurídico. Nove diretores dos sindicatos do Pactu participaram da plenária.

Toledo e Umuarama entregaram certificados do Recomeçar



Em Toledo, 24 alunos concluíram o curso. Em Umuarama (foto à direita) foram 28, a maioria já está matriculada no ensino médio



Os Sindicatos de Bancários de Toledo e Umuarama, em parceria com a Secretaria Estadual do Trabalho, com recursos do FAT, coordenaram em suas respectivas cidades o Projeto Recomeçar, que foi criado pela Escola Sindical Sul de Formação e a CUT. O Projeto tem por objetivo a conclusão do Ensino Fundamental Integrado e a Educação Profissional, reconhecido pelo MEC.

Em Toledo, 24 alunos concluíram o curso, que teve uma carga de 914 horas/aula, sendo 86 horas de oficinas pedagógicas; 48 horas/aula em laboratórios culturais; 60 horas/aulas de laboratório de informática e mais 720 horas em sala de aula.

Já em Umuarama, foram 28 alunos que participaram do curso, também com carga de 924 horas/aula, divididos em 720 horas em sala de aula, 48 horas de laboratórios de empreendimentos

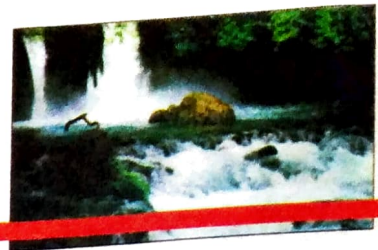
cooperativados, 60 horas de laboratórios de informática e 48 horas de laboratório cultural e 48 horas de laboratório de desenvolvimento sustentável e solidário.

Em Toledo, o curso foi coordenado por Lúcia Brentano Vogt, diretora do Sindicato, e a educadora foi Elenir Fachinello Bremm. Em Umuarama, a educadora foi Marilene Aparecida Nunes e o coordenador foi Lindomar Aparecido Soares, diretor do Seeb. As direções dos dois sindicatos se sentem gratificadas ao ver que a grande maioria dos formandos se encontra matriculada em cursos do Ensino Médio na rede pública de ensino, além de ver mais pessoas qualificadas para o mercado de trabalho. Vale observar que em Umuarama um dos formandos tinha 63 anos de idade, o que ajudou a dar mais ânimo aos demais.

Eleições no SEEB de Paranavai

Os bancários associados de Paranavai terão, nos próximos três anos, uma nova gestão, coordenada por Nilton Borges de Carvalho. As demais secretarias ficarão sob a responsabilidade de Antonio Carlos Solinski (Secretário Geral), Neil Emidio Júnior (Finanças), Maurílio Mendes de Souza (Administração), Osmar Moreira (Jurídico), João Alves (Saúde e Relações no Trabalho), Claudionisio Melin Belmonte (Formação Sindical e Cultura), João Carlos Antunes (Social e Esportes), Amauri Menes Paiva (Imprensa e Política Sindical) e Edmilson Donizete Botêquio (Políticas Sociais). O resultado da eleição apresentou 97,35% de aprovação à chapa única e 2,75% em branco. Dos 400 bancários com direito a voto, 305 votaram, o que significa um comparecimento de 76,82% dos associados, o que é uma indicação da aprovação do trabalho realizado até agora. E nesse sentido, Nilton Borges afirma que "os associados poderão contar com apoio da direção Executiva e dos demais membros do Sistema Diretivo".

Água, uma questão de sobrevivência



Se no século 20 muitas guerras foram por petróleo, as guerras do século 21 serão por água. De acordo com dados da ONU, nos últimos 50 anos ocorreram 507 situações de tensão, no mundo, por causa da água doce, que está sumindo do Planeta.

São vários os motivos, mas principalmente a falta de políticas governamentais estratégicas, a privatização das reservas de água e a exploração irracional que leva sempre em conta a questão econômica. Em pouco tempo será uma questão de sobrevivência. Por exemplo, no Oriente Médio, desde a metade do século 20, já houve 18 guerras por água doce. A maioria delas provocada por Israel, que conquistou 40% do suprimento de água subterrânea por ocupações militares, oprimindo pela sede o povo palestino.

A ganância aumenta

Entre os dias 16 e 23 de março foi realizado em Kyoto, no Japão, o 3º Fórum Mundial da Água. Apoiado pelo Banco Mundial, foi mais uma ofensiva, dos países ricos, que tentam convencer os "pobres" de que a privatização das reservas de água doce é a melhor política de preservação para a sobrevivência da humanidade. Para muitos ambientalistas, a privatização é preocupante por que pode acelerar o problema da escassez de água. Ocorre

que a gestão da água está totalmente fora de controle, uma vez que grande número de rios e lagos importantes estão poluídos e o desperdício é generalizado. Pior ainda: com o dramático esgotamento das reservas, a água tornou-se o caminho de grandes corporações multinacionais em busca do lucro. Segundo dados do Banco Mundial, as multinacionais da água movimentam por ano mais de R\$ 3,5 trilhões. Apenas duas delas, as francesas Vivendi e Suez, controlam juntas 70% desse mercado.

Por outro lado, com a privatização da água, bilhões de pessoas serão condenadas à sede, por falta de dinheiro para pagar por esse recurso. Com isto, os maiores benefícios são das grandes potências que, muitas vezes, tratam seus recursos hídricos de forma irresponsável. O pior exemplo é o dos Estados Unidos, que desperdiçam por ano a mesma quantidade de água consumida em todo o continente africano. No mesmo período em que aconteceu a "Davos das águas", em Kyoto, em cidades de cada continente ocorreram outros eventos para protestar contra a transformação da água em mercadoria. No Brasil já existe o movimento denominado Grito das Águas, que promoverá o Fórum Social das Águas, em Cotia (SP). Para os dias 20, 21 e 22 de maio está programado o Simpósio Internacional Água: Bem Público Universal, na cidade de São Leopoldo (RS).

O evento pretende apontar medidas rápidas e decisivas para o problema. Pequenas ações podem ser feitas pelo povo, como não lavar as calçadas só com produtos químicos e o *Vaporetto*. Essa atitude, por exemplo, ajudaria a preservar as fontes, que podem secar. Molhar, esfregar com a vassoura e retirar a água, obriga a exercitar o corpo, o que é bom para a saúde, e economiza dinheiro e evita o desperdício.



O BRASIL CORRE PERIGO

Cerca de um quilômetro abaixo de nossos pés existe água capaz de abastecer o Brasil por 3.500 anos ou o mundo por 300 anos. É o aquífero Guarani, um imenso lençol subterrâneo e o maior reservatório de água potável do Planeta, que atinge uma área igual à dos territórios da Espanha, França e Inglaterra juntos. Esse aquífero atravessa oito estados brasileiros. Essa água vem sendo

lentamente filtrada pelo subsolo há 100 milhões de anos e tem uma qualidade que nenhum método de tratamento pode oferecer.

O Banco Mundial (que é ligado ao FMI) está de olho nessa reserva e já doou R\$ 50 milhões aos governos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (por onde o aquífero passa) para participar do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani. O governo brasileiro, nos últimos anos, não tratou a

questão como devia.

Há, inclusive, evidências de que grandes companhias internacionais - como a Nestlé e a Coca-Cola, por exemplo - tiveram acesso ao mapa hidrológico do Brasil.

A Nestlé praticamente esgotou as fontes das cidades mineiras de São Lourenço e Caxambu. Só com a venda de marcas de água engarrafada, a Nestlé fatura anualmente R\$ 16,7 bilhões (oito vezes o orçamento do Programa Fome Zero), o que faz os R\$ 50 milhões "oferecidos" pelo Banco Mundial parecerem migalhas.

Nos últimos anos, o governo brasileiro não tratou a questão como devia.

Estratégias do novo governo

Apesar de defender a criação de programas para combater a seca e para melhorar a qualidade do abastecimento de água, ainda não está definida claramente qual será a estratégia do governo, a partir de 2003, em relação à questão da água. Há, entretanto, a garantia de que a prioridade será o social e não o econômico.

É um grande alívio, pois traz junto a esperança de que as reservas nacionais de água não serão privatizadas - em que pese as grandes corporações internacionais olharem para o Brasil "sedentas" pela nossa água.